

A EDUCAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A EDUCAÇÃO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Eng^o Roberto Carneiro

Queria começar por um aceno de simpatia muito especial e quase pessoal dirigido ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação e, através dele, ao órgão e a todas as pessoas que aqui estão hoje e que quiseram aderir a este Seminário, não apenas pelo carácter fundamental do tema num mundo que está hoje cada vez mais polarizado em torno destas magnas questões, mas por uma razão de ordem mais geral. Há muito que penso, e sempre procurei actuar em coerência e em conformidade, que o Conselho Nacional de Educação é um órgão de superlativa importância no ordenamento institucional educativo português. É um garante da qualidade do debate educativo em Portugal, é um garante da independência desse mesmo debate, é um garante da participação qualificada que esse debate deve, a cada momento, concitar e é, ainda, um garante da isenção e do pluralismo na formulação da política pública educativa.

Por isso entendo, e ao estar aqui hoje pretendo evidenciá-lo, que este órgão e o seu acarinamento constituem um dever cívico. O barómetro de como a política educativa vai em Portugal é dado em justa medida também pela forma como o Conselho Nacional de Educação é encarado, pelo respeito que se tem por esta instância, pelas várias entidades nele representadas e pelo apoio que ele merece em todas as circunstâncias da sua vida institucional e normal.

Ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, ao Senhor Secretário-Geral, os meus cumprimentos e o meu respeito.

Queria também saudar os meus dois colegas de mesa, os Doutores Emídio Rangel e Jorge Wemans, que são duas figuras bem conhecidas na comunicação social portuguesa, na televisão, rádio e imprensa. Sinto uma profunda honra em poder com eles compartilhar este espaço e tempo de debate e conto certamente enriquecer-me com as suas contribuições.

Meus Amigos,

A história da Humanidade vive hoje uma aceleração sem precedentes.

A previsibilidade dos acontecimentos que constituía uma das grandes pesquisas da Ciência Política tornou-se hoje impossível em face da incerteza dominante nos mais diversos sectores da vida organizada, levando ao surgimento de um novo conceito, aliás curioso, de "random walk" ou "caminhada aleatória" na chamada análise sistémica.

As estruturas estáveis do passado, em unísono, parecem ter entrado em ambiente de crise. O sistema económico é incapaz de gerar emprego, a cooperação internacional não evita o alargamento do fosso entre países ricos e países pobres, as fórmulas tradicionais de representação política não satisfazem, os códigos de conduta em comunidade são pulverizados pelo crescimento tentacular da corrupção e a cidade, a nossa polis - outrora índice de civilização e de progresso - é hoje palco de degenerescências anómicas que atingem os padrões de

convivência, e as culturas de tolerância cedem o passo a fanatismos de toda a ordem, à xenofobia e ao racismo.

A "cultura de paz", na curiosa expressão de Federico Mayor, e que agora se instalou, depois de uma cultura de guerra durante séculos, é paradoxalmente portadora de devastadores ventos de mudança que estão longe de se poder considerar dominados.

A verdade é que paira um sentimento de perplexidade, quase impotência, perante o vórtice consumidor da marcha dos acontecimentos, o qual vem amplificado no nosso quotidiano pelas tecnologias da informação e da comunicação, que transmitem instantaneamente a notícia feita imagem, som e texto, numa aldeia global cada vez mais interdependente.

Os meios de comunicação social são o novo oráculo portador da verdade universal. Somente o que acontece na comunicação social existe e nada pode ter lugar sem que aquela se encarregue quase de o certificar. O mundo transforma-se então num teatro gigantesco onde se representa o acto maior da existência humana, o qual se faz espectáculo permanente de uma narrativa que é objecto de difusão por toda a família humana.

As histórias veiculadas em suporte material ou hertziano não conhecem fronteiras físicas, nem políticas, nem económicas, nem ideológicas. O quotidiano e os seus dramas deixam de constituir património privativo dos respectivos actores principais para se elevarem à categoria de bem público partilhado pela comunidade inteira dos povos. Numa ordem livre, como é a nossa, a informação multiplica-se indefinidamente e é o valor acrescentado mais precioso da nossa nova

ordem económica e cultural. O acesso a volumes crescentes de informação e a sua sábia gestão constituem hoje o motor vital que "empurra" a história dos povos.

Tudo isto levou há dias o notável pensador português Eduardo Lourenço a proclamar o "direito à não informação" como direito básico que assiste ao cidadão moderno. Do mesmo passo, o governo chinês - este grande empório cheio de mistérios de toda a ordem, que configura aquilo que Jacques Delors chama "uma nova raça de países", que crescem a elevado ritmo — acaba de proibir a proliferação no seu território de parabólicas, procurando assim garantir, ainda que ilusoriamente, o controlo da informação que lhe estava a escapar em cada dia.

Mas as novas tecnologias não podem ser contidas. A era da televisão interactiva está ao virar da esquina, potenciando em escala ainda inimaginável as sinergias entre o audiovisual, a informática e as telecomunicações. As megafusões em curso nos Estados Unidos entre as maiores empresas de televisão por cabo e os grandes empórios de telecomunicações fazem adivinhar a emergência próxima de um "menu" de serviços domésticos "à la carte" que cobrirá todos os domínios de interesse humano. É como se nos entrasse pela casa dentro um enorme supermercado de serviços, acondicionado primorosamente por forma a caber no interior do nosso vulgar aparelho de televisão.

Não é mesmo difícil imaginar o futuro consumidor doméstico munido de um telecomando na mão a seleccionar pacotes de formação ou de reciclagem profissional, após se ter submetido pelo mesmo dispositivo a um teste individual que lhe permitiu aferir as suas principais vulnerabilidades nas mais diversas vertentes de

conhecimentos. Não será, neste contexto, por acaso que a UNESCO e a Comissão Internacional para a Educação no Século XXI, que é presidida por Jacques Delors, estejam a ponderar muito seriamente a criação de um satélite educativo completamente devotado a ser um instrumento de formação acessível a todos e capaz de penetrar com a sua oferta educativa até às zonas mais recônditas do planeta.

Na ilustrativa expressão de Alain Minc vivemos a era do Media-Choc, que revoluciona os modos contemporâneos de vida e que deu o título a uma das suas mais conhecidas e recentes obras.

Nestas condições, as questões que se colocam no âmbito do presente seminário são urgentes, candentes e pertinentes. A comunicação social, que é indiscutivelmente a principal fonte moderna de informação e de entretenimento, poderá também ela desempenhar um papel fundamental como instância privilegiada de educação? Essa é a questão fundamental que se nos coloca a debate, particularmente nesta sessão deste seminário. Em caso afirmativo, no caso de se reconhecer que ela deve e pode ser uma instância privilegiada de educação, como deverá ela relacionar-se com os centros tradicionais primários de educação como a família e a escola?

Afigura-se-nos óbvio que os meios de comunicação modernos serão crescentemente solicitados ao desempenho de tarefas educativas no âmbito da conhecida trilogia de funções cometidas à comunicação social: entreter, informar e educar. Se bem que os dois primeiros termos desse triângulo ocupem inegavelmente a primazia nos mass media actuais numa oferta determinada por critérios de natureza comercial, as preocupações educativas têm tendência a aflorar, crescer e impregnar o próprio entretenimento e a informação qualificada.

Numa lógica estrita de mercado - e não podemos ignorar que estamos imersos no mercado de procura e de oferta de comunicação - a principal evolução terá de se verificar ao nível da procura, já que a oferta propenderá sempre a adequar-se aos seus imperativos e à sua lógica implacável, aquilo que eu chamo o meta-efeito da educação. Quanto maiores forem os índices educacionais de uma população, mais adequada será a procura e o exercício da procura para bens educativos nos grandes mecanismos da comunicação social; quanto menos educada - e é manifesto que Portugal tem um "handicap" muito grande - for a população em geral, mais difícil será configurar uma procura por parte da população média para uma oferta de lógica educativa.

A excepção a este mercado - a uma lógica ditada pura e simplesmente pela procura - reside, como é evidente, na definição, no financiamento e no funcionamento de um autêntico serviço público, designadamente de televisão, susceptível de gerar uma oferta sistemática de intencionalidade educativa que fuja deliberadamente ao quadro comercial em que se joga necessariamente a sobrevivência económica dos figurinos empresariais privados.

A clarificação desse conceito de serviço público por forma a ultrapassar as ambiguidades vigentes no nosso país, que impedem sobre os operadores estatais, nomeadamente o operador estatal de televisão, é a esse título inadiável para a defesa das regras de concorrência leal, assim como para uma maior transparência na utilização dos dinheiros públicos que financiam esse serviço público e que a comunidade gera com sacrifício.

Na verdade, será concebível exigir aos canais privados de televisão que ponham de lado os imperativos comerciais, ou seja, a sua

viabilidade económica e financeira, para incorporar uma missão educativa exclusiva ou forte, se o correspondente estatal, que é generosamente subvencionado pelo Governo como contrapartida da prestação, em regime de monopólio, de um serviço público à comunidade, não abdica de um comportamento ferozmente ditado pela lógica do domínio quase monopolista do mercado publicitário?

Talvez valha a pena analisar o que se passa nesta matéria no Japão, país que nos dá lições a vários títulos, tendo embora aspectos também reprováveis. Conheço bem o Japão, examinei a política educativa japonesa em princípios de 87 para a OCDE, percorri o país de lés a lés e nomeadamente apreendi aquilo que é um serviço público de comunicação social através da televisão, a chamada NHK, e a ligação e articulação que ela faz com o sistema educativo. Com efeito, a estação de titularidade estatal conservou, na realidade nipónica, mau grado a forte competição que lhe é movida por seis redes privadas de televisão, as características de um verdadeiro serviço público de televisão. As quatro cadeias públicas em que se desdobra a NHK, financiadas quase em exclusivo pela taxa de televisão, distribuem-se segundo vocações dominantes como se descreve: uma primeira, generalista, compreende a informação (35% do seu tempo de programação), a educação (15%), a cultura (25%) e o entretenimento (25%); uma segunda, totalmente original no mundo, emite diariamente, desde as seis horas da manhã à meia-noite, programas educativos que são articulados e combinados com as escolas, os quais são correntemente utilizados como instrumento didáctico, como material de ensino-aprendizagem em sala de aula; a terceira cadeia é essencialmente informativa, é um serviço público de informação; por último, a quarta é transportada por satélite, visa prestar um serviço público nas zonas de sombra que não são

cobertas pela rede de emissores terrestres, que as outras três cadeias não atingem, difundindo uma mescla ponderada dos programas das três outras cadeias irmãs.

Nesta curta e breve descrição, verifica-se que a NHK nos dá uma justa medida de como uma estação pública de televisão, financiada fora da pura competição publicitária, pode fugir à mera repetição de modelos comerciais e, conseqüentemente, pode estar apta a incorporar uma componente educativa forte construída de parceria com o próprio sistema educativo. Não é uma escola paralela, não é um segundo sistema educativo que conflitua com o primeiro, é um entrosamento completo entre uma cadeia de televisão e o próprio sistema educativo.

Com efeito, a comunicação social pode oferecer ao serviço educativo uma variedade de importantes vantagens comparativas que poderíamos elencar:

- a) **Penetração** - ou seja, a oportunidade de atingir em simultâneo uma vastíssima clientela nacional, e até supranacional, no caso do satélite da UNESCO acima referido.
- b) **Economias de escala** - traduzidas em baixos custos unitários de investimento, funcionamento e operação, potenciando economias de escala num contexto de recursos escassos em que se torna necessário recorrer a instrumentos que sejam a um tempo eficazes e baratos.
- c) **Atractividade** - através do recurso fantástico e maravilhoso às extraordinárias potencialidades de grafismo, tridimensionalidade, cor, visualização, aquilo que no fundo faz o encantamento das crianças perante a comunicação social, nomeadamente perante a publicidade, um dos

aspectos mais decisivos onde se joga a educação ou a deseducação nas nossas sociedades. A atractividade também está presente na capacidade que todos os professores têm de conseguir aguentar a atenção e curiosidade dos educandos, criar centros de interesse durante muito tempo.

- d) **Individualização** - pela proliferação de "software" versátil e pela difusão de meios pessoais de gestão tecnológica (cassetes áudio e vídeo, discos compactos, cd-rom, aplicações computadorizadas, interactividade). Refiro este aspecto para evitar a ideia de que a comunicação social é apenas massificação.
- e) **Acesso às fontes de informação** - por recurso a bases de dados cada vez mais disponíveis ao cidadão comum e a novos instrumentos pessoais de armazenagem e arquivo de informação. Quem diria, há dez anos atrás, que qualquer de nós pode ter em casa 120, 200 ou 500 MB para fazer a sua gestão pessoal de armazenagem de informação, o seu próprio banco de dados? Esta interactividade entre o computador pessoal, o aparelho de televisão, o audiovisual e a rede de telecomunicações permitirá ligar em rede todas as bases de dados individuais e colectivas da humanidade, o que é qualquer coisa de extraordinário, de inimaginável.
- f) **Contemporaneidade** - mediante o olhar penetrante, o bisturi, sobre a actualidade e a procura da análise e da melhor síntese interpretativa, que pode ser uma ajuda preciosa ao cidadão comum.
- g) Por último, **pluralidade** - pela abertura singular aos diversos ângulos de análise de cada facto ou fenómeno, em

condições que afastam liminarmente o dogmatismo ou a unicidade de pensamento. Nunca o facto, o evento, foi tão plural como é hoje, em virtude desta pluralidade de leituras e da maravilhosa capacidade que a comunicação social tem de as fornecer, respeitando necessariamente o juízo e o critério final de cada pessoa e a sua liberdade individual de emitir opiniões. Acredito que a nossa sociedade caminha para uma maior liberdade, na medida em que cada vez mais ela acarinha e favorece a pluralidade das leituras.

A comunicação social é, assim, a principal fonte estruturante da Open Society de K. Popper, podendo igualmente ser intérprete de um poderoso movimento de democratização educativa. Em Jomtien, em 1990, foi lançado o grande movimento de uma Educação para Todos, que ainda hoje paira nas organizações internacionais, nos governos, nas administrações como grande "leit-motiv" da responsabilidade de toda a sociedade civil, governos, administrações, etc. Esse movimento teve o apoio unânime dos governos e das organizações internacionais, mas ficou desde logo evidente que tal desiderato apenas teria viabilidade e poderia ser atingido plenamente através de uma convocação dos principais meios de comunicação social e da sua convergência activa com as instituições educativas tradicionais.

Portugal tem sido palco bem sucedido de diversas experiências educativas realizadas através das novas tecnologias. Lembro a Telescola, que ainda hoje escolariza várias dezenas de milhar de crianças que de outra forma ficariam privadas do acesso à educação básica, a Universidade Aberta que desde 1988 vem desenvolvendo esquemas de ensino à distância para múltiplas clientelas, com relevo

para os docentes, e as várias campanhas de educação de adultos com recurso a meios multimedia.

Noutro plano, merecem referência experiências muito importantes e recentes de mobilização educativa em torno de projectos como o "Público na Escola" na área da imprensa, os programas de difusão da língua portuguesa através da rádio, o projecto da reprodução de colecções de clássicos do cinema em videotecas - para falar já de outra vertente - para utilização em ambiente escolar e que tanto quanto pude apreciar foi extremamente bem recebida na generalidade das nossas escolas, ou o caso da "Rua Sésamo" e o "Forum Estudante", ambos levados a cabo em televisão.

Entretanto, a implantação dos centros de recursos educativos multimedia com o objectivo de servir núcleos de estabelecimentos de ensino em âmbito descentralizado não deixará de potenciar a cumplicidade entre os docentes e as novas tecnologias, abrindo assim espaço a um vasto e profícuo campo de colaboração.

Esta rede nodal de centros de recursos, largamente gerida pelos próprios utentes ao nível de escola, deve crescer exponencialmente e será no futuro preciosa para sustentar acções de ensino a distância catapultadas eventualmente de uma unidade coordenadora centralizada mas fortemente dependente de centros de apoio que em cada região ou localidade sejam capazes de gerar complementos de actividades presenciais, sem as quais aquele ensino se torna largamente impessoal e ineficaz.

Neste particular, é preciso ter em conta que o novo tratado da União Europeia consagra disposições específicas ao ensino a distância

e à cooperação transeuropeia nessa matéria. O ensino a distância será especialmente relevante na promoção da dimensão europeia na educação aos níveis básico e secundário. Aquilo que ao nível do ensino superior já se faz em larga medida com os programas Erasmus, Comett, Língua, etc., não é possível fazer à mesma escala para o ensino básico e secundário, pois são cerca de 6 milhões de alunos no ensino superior e 60 milhões de alunos no ensino básico e secundário. É impensável sequer admitir que haverá recursos suficientes para fazer circular esses 60 milhões por toda a Europa. Todavia, o ensino a distância será um instrumento de altíssima relevância, facultando-lhes o acesso às diversas vertentes daquela dimensão que faz património comum da humanidade, mas particularmente da Europa, nas áreas das línguas, da cultura, da história, da geografia física e humana, etc. Da mesma forma, a formação contínua através de meios a distância poderá ultrapassar os constrangimentos de espaço e de tempo na implementação de uma estratégia ousada de estruturação de um mercado de emprego balizado pela mobilidade e pela flexibilidade na creditação dos conhecimentos.

As discussões em curso nos vários países da União Europeia e algumas medidas já tomadas nalguns dos seus Parlamentos ou Governos tendo em vista o encurtamento do tempo semanal de trabalho - a semana de quatro dias, ou de menos horas - propiciam o repensar em moldes novos da formação contínua.

Há algumas semanas atrás, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, chegou a propor numa cimeira a possibilidade de instituir um sistema de "voucher" de formação contínua, permitindo que cada activo, empregado ou desempregado, possa ser titular de um certo número de créditos distribuídos ao longo da sua vida profissional,

convertível em unidades de formação contínua que poderia adquirir nas mais diversas instâncias de formação. Ao constatar a multiplicidade de procuras de formação que um esquema deste tipo iria desencadear, parece evidente que uma mera resposta ao nível do ensino presencial, sem o recurso a meios de ensino a distância e aos potenciais da comunicação social, seria impensável.

De certa forma, com este encurtamento dos tempos de trabalho e da vida profissional em contexto de emprego, é possível retomar as conhecidas concepções de Gary Becker sobre os três tempos conjugados da vida humana: tempo de trabalho, tempo de investimento e tempo de lazer. A redução do período de trabalho na vida útil do indivíduo reduz o tempo de produção e vai disponibilizar muito mais tempo de investimento pessoal e tempo de lazer e, conseqüentemente, a necessidade de estruturar não apenas observatórios de diagnóstico permanente de necessidades, como oportunidades de aquisição de fontes de resposta de oferta de novos conhecimentos.

Repare-se que estamos a entrar numa era completamente diferente; a maioria das pessoas fez a sua educação formal, numa altura em que a sua vida humana seguia tempos sequenciais: o de educação, seguido do de trabalho, (o tempo activo), seguido do de reforma ou de lazer. Cada vez menos isto é verdade, pois o tempo de educação e de formação tem que permear todas e cada uma das etapas da vida humana. Daí a importância crescente da formação contínua num contexto de formação integral.

O ensino a distância com suporte nos meios de comunicação social é, assim, convocado por diversas razões e pelas mais diversas fontes a desempenhar um papel ainda mais decisivo do que aquele que já

ocupou nos últimos anos, sendo razoável pensar que ele se transformará a prazo no mais vasto instrumento de formação contínua nas nossas sociedades.

Recordo quase nostalgicamente o velho sonho de André Malraux de uma "cultura popular", quase de um "elitismo popular", apoiado nos media e que pudesse tomar corpo gradualmente nas nossas sociedades. Isto será possível se, para além das abordagens tradicionais de educação, se puder realizar a extraordinária potencialidade da comunicação social e utilizar a vastidão dos seus auditórios para iniciativas de difusão da ciência, da disseminação e do debate de ideias, de acções de educação para a saúde, de formação cívica, etc., dentro de um pacote largo e de uma visão descomplexada e de espectro amplo daquilo que uma comunicação social responsável e interveniente pode fazer nessas mais diversas vertentes.

A própria liberdade e a democracia seriam hoje inimagináveis sem o concurso vital da comunicação social, que atinge hoje os limites sensoriais da política espectáculo, do megadebate, do supercomércio e do televoto. Hoje seria inimaginável uma campanha eleitoral sem televisão, rádio ou imprensa. A própria liberdade e a democracia estão hoje intrinsecamente combinadas e entrosadas com o funcionamento da comunicação social como instrumento de ajuda à escolha livre e de elucidação dos cidadãos.

O aproveitamento de todas estas possibilidades que temos referido e que abrem rasgadas avenidas de inovação educacional, não apenas na substância, como sobretudo na forma e nos métodos, pressupõe uma forte aliança de estratégias entre a família, a escola e a comunicação social.

Esta afirmação, porventura já feita muito repetidamente em vários "fori", tem-se revelado todavia mais viável no plano teórico do que no terreno da consecução prática.

Com efeito, a comunicação social é muito frequentemente dominada pelo paradigma da agressividade comercial, tudo sacrificando em nome das audiências ou da maximização das vendas. Na informação impera não raramente o sensacionalismo que se sobrepõe à pesquisa serena da verdade; no entretenimento faz-se muitas vezes apelo aos instintos mais negativos, aos sentimentos mais destrutivos da condição humana, procurando chocar para atrair; no debate a forma é quantas vezes mais importante do que a substância da questão.

Não espantará, assim, que por todo o mundo se assista a um recrudescimento da preocupação com os rumos da comunicação, com especial relevo para a televisão. Em especial o índice de violência no écran vem sendo denunciado como factor de perturbação social, não faltando aqueles que apontam acusadoramente o dedo à televisão quando ocorrem eventos tão chocantes como o do recente assassinato em Inglaterra de uma criança de dois anos, em trágicas circunstâncias, por duas crianças de onze anos de idade.

Torna-se difícil distinguir com exactidão se a televisão é geradora de violência ou se se limita a reflectir a violência que existe na sociedade. Duma forma ou de outra, sendo um espelho ou uma janela - um livro muito interessante saído recentemente em França sobre a televisão chama-se "Le Miroir et la Fenêtre" - da sociedade, os meios de comunicação social podem e devem ser um importante aliado de uma estratégia consequente de contenção do excesso de violência que invadiu o dia a dia comum do cidadão.

Se houvesse um processo medidor da quantidade de violência que existe na nossa sociedade, não creio ser verdade que hoje a quantidade de violência é superior àquela que existia na humanidade há cem ou há quinhentos anos atrás. O que julgo, sim, é que em primeiro lugar a violência hoje difunde-se e retrata-se e aparece em casa de cada pessoa através dos meios de comunicação social; por outro lado, e felizmente, houve uma evolução da consciência moral da humanidade que tornou menos toleráveis alguns exercícios de violência que dantes eram mais facilmente tolerados.

Mas, se a comunicação social transporta algumas culpas, as instituições familiar e escolar não deixam igualmente de as ter ao demitirem-se frequentemente da sua verdadeira função orientadora e educativa, designadamente no plano de uma educação para os valores. A educação não se esgota numa mera transmissão de conhecimentos, o que seria algo de monstruoso. Para o ser genuinamente, ela não pode deixar de incidir sobre critérios fundamentais de escolha em tudo o que concerne a esfera dos valores universais ou universalizáveis, como sejam a liberdade, o valor da vida, a justiça, a solidariedade, a tolerância, o respeito pelo outro e pelo ambiente em que vivemos. Pessoalmente, não posso conceber uma educação na família ou na escola que seja rigorosamente indiferente ou neutral perante a liberdade ou a opressão, perante a tolerância ou a violência rática, perante a justiça ou a injustiça; isso seria tremendamente destruidor do capital acumulado de património ético na humanidade.

Uma educação pseudo-neutral, que não arrisca penetrar no complexo mundo da formação de conceitos morais e das exigências da dimensão relacional, lavando daí as mãos em nome de um pragmatismo

relativista, prescinde da vertebração nuclear da função educativa e reduz o acto educativo a uma mera instrução tecnocrática.

Do mesmo modo, de nada serve a litania de acusações que, com frequência, os meios de educação clássicos, como a escola, disparam contra a comunicação social. O confronto é desigual e, a persistir, acabará por se virar contra a própria escola e contra a família.

Num inquérito recente feito num país da Comunidade, alguns jovens alunos entre os onze e os catorze anos de idade foram solicitados a pronunciar-se sobre valores contrastantes da escola e da televisão. Os resultados são bastante elucidativos quanto à caracterização que os alunos fazem dos traços dominantes de uma e de outra em confronto.

<u>ESCOLA</u>	<u>TELEVISÃO</u>
Conservação	Novidade
Repetição/Rotina	Variedade/Mudança
Aborrecida	Divertida
Cinzenta e Monótona	Colorida e Policromática
Desinteressante	Actual e Estimulante

Este quadro é muito "branco e negro"; eu próprio não o aceito, mas ele obriga-nos a reflectir. Estou convencido de que se forem inquiridos os mesmos alunos no mesmo escalão etário em Portugal não obteremos respostas substancialmente distintas ou diferentes destas. Este quadro é elucidativo quanto às consequências e aos inconvenientes de um conflito cego e persistente entre instituições.

Somente através daquilo que hoje se chama um sólido partenariado é que se poderão retirar as máximas potencialidades educativas da nossa sociedade de informação e abrir novas fronteiras de concertação eficiente de esforços.

Essa aliança toma por pressuposto um projecto educativo nacional, em cada centro educativo, em cada escola e na família, que não ignora a emergência da chamada geração da informação, do audiovisual e, por isso, é capaz de incluir uma frente ousada de "educação para os media", a qual deve compreender, entre outras componentes, as seguintes:

- a) uma pedagogia apropriada do consumo dos media visando o exercício criterioso da liberdade pessoal perante a oferta torrencial e de diferente qualidade que invade os nossos quotidianos;
- b) uma melhor e mais eficaz utilização dos media e das suas portentosas linguagens ao serviço do diálogo e da comunicação global;
- c) a humanização do relacionamento pessoal com as novas tecnologias da comunicação e da informação e a densificação do relacionamento interpessoal através do pleno aproveitamento das mesmas, isto é, as pessoas já não têm que estar fisicamente próximas para densificar a sua rede de diálogo;
- d) o equilibrado doseamento dos múltiplos media e a compreensão profunda das respectivas relações de complementaridade num mundo que não se pode ver reduzido a uma ditadura monomedia da imagem.
- e) o entrosamento harmonioso entre o poder mediático da informação, cada vez mais fulminante e acutilante, a força

da imaginação e da fantasia audiovisual, com o poder formativo da função educativa prosseguida em contexto institucional;

- f) a implantação de uma utilização assídua da imprensa, da rádio e da televisão e do audiovisual como fontes altamente versáteis de situações estimulantes da aprendizagem escolar;
- g) a mobilização da parafernália dos equipamentos multimedia que povoam os universos domésticos (televisão, rádio, discos, vídeos e computadores pessoais) visando a constituição de redes de educação permanente e de actualização cultural e profissional interactivas.

Uma educação para os media que vise abarcar todas e cada uma das dimensões deste fenómeno tem ainda de atender a uma vertente que cresceu exponencialmente em todos os diferentes segmentos da comunicação social. Trata-se da publicidade e do seu grande impacto sobre a vida moderna, que é pouco falado em termos educativos. Aceita-se, suporta-se, é quase um fatalismo da sociedade moderna, mas pouco se reflecte.

A publicidade brotou como um dos mais importantes mitos e novos paradigmas das sociedades contemporâneas. Ela é a mais portentosa criadora de sugestões e de respostas materiais a uma ilusória procura de bem-estar em contexto consumista. É um vórtice permanente extremamente apelativo. As suas mensagens são concebidas num mercado de oferta superabundante de produtos dirigidos ao condicionamento do consumidor, visto como presa fácil e sugestionável do predador que é o anunciante.

Uma verdadeira educação para a liberdade e um verdadeiro projecto educativo nacional não pode prescindir de uma educação também para viver neste mundo povoado de mensagens publicitárias. Não pode prescindir do desenvolvimento de critérios sólidos de escolha e de autodeterminação num universo cada vez mais sofisticado e susceptível de atrair inapelavelmente sobretudo as nossas crianças, os nossos grupos etários mais vulneráveis. Veja-se o fascínio e a atracção com que uma criança vê publicidade na televisão, como ela fica praticamente rigidificada perante ela.

Somente pela educação é que a exposição continuada à publicidade não redunde em alienação, antes pode ser revertida em importante elemento de informação para fundamentar uma escolha feita em liberdade.

Em suma, o nosso mundo moderno coloca-nos perante um conjunto formidável de desafios inadiáveis.

Os períodos históricos de transição, como o que estamos a viver, são os mais exigentes em matéria de educação. É precisamente pela educação que honramos um legado patrimonial acumulado ao longo da história do nosso povo e que fortalecemos a identidade colectiva em torno de valores referenciais que cimentam a coesão nacional, a solidariedade específica que justifica o conceito de nação. Do mesmo passo, é a educação que permite a decantação de novos conceitos e a abertura de espírito que assegura a inovação social, a criatividade institucional e a evolução dos sistemas socio-culturais.

Famílias mobilizadas para o desempenho do seu papel primordial na educação das novas gerações, escolas plenamente conscientes da

mais-valia educativa dos seus instrumentos de ensino-aprendizagem, meios de comunicação social, designadamente aqueles que por dever e por contrato financeiro configuram um serviço público, que estejam preparados para assumir sem tibieza a quota-parte que lhes compete no projecto educativo da comunidade, bem como na preservação da identidade cultural, podem em conjunto constituir a combinação mais extraordinária de potencial educativo da sociedade actual.

Do sucesso desta sinergia vai depender em larga medida a possibilidade de provocar o amanhecimento de uma era educativa nova apetrechada para fazer face ao novo milénio.

A sociedade da informação em que estamos já mergulhados deverá ser a antecâmara da sociedade da educação do amanhã.

Dr. Emídio Rangel

Há um caminho para as novas tecnologias: pôr os homens em contacto uns com os outros, facilitar a comunicação e a informação e torná-los mais próximos uns dos outros. Portanto eu, que sou um optimista, acho que esta é a visão correcta, é este o caminho, e não outro.

É preciso pressentir e perceber que estamos a viver já numa sociedade de informação, cuja tendência é aquela que o Eng^o Roberto Carneiro apontou. Em Portugal está perfeitamente ao nosso alcance entrar em contacto com bases de dados nos Estados Unidos. Em sua casa, uma pessoa, com um simples PC, consegue fazer essa comunicação e ter acesso, por exemplo, aos arquivos da Casa Branca e

pedir informações. Estamos a viver um período que defino como extraordinariamente apaixonante e não estamos adaptados; sinto que há um profundo divórcio entre a Escola e a comunicação social, provocado talvez por essa lógica catastrofista que vigora em algumas instituições, muitas delas ligadas mesmo à comunicação social, que nela vêem, sobretudo na competição da televisão, o grande fantasma que vai destruir o país e provocar a fragmentação da nossa sociedade.

Esta primeira nota marcante da intervenção do Eng^o Roberto Carneiro faz, a meu ver, o elogio da chegada destes meios, se eles forem bem utilizados, evidentemente. No fundo, estamos perante um arsenal tecnológico que, se for bem usado, tem um determinado resultado, se for mal utilizado, tem outro. Todavia, há uma tendência para considerar que esta questão devia ser afastada das pessoas, opinião veiculada por Eduardo Lourenço, pessoa que considero muito. Nota-se igualmente um certo peso dos vertiginosos fluxos de informação actuais e admito que haja pessoas que se sintam esmagadas no cruzamento destes fluxos. Mas é indiscutível, o bom caminho é esse e o que precisamos é de nos adaptar a ele de forma equilibrada.

Partilhando o sentimento do Eng^o Roberto Carneiro, penso que a Escola ainda não percebeu a importância dos meios tecnológicos de que se serve a comunicação social. Desconfio que um miúdo com quatro anos de idade tem actualmente, por força do contacto sobretudo com a televisão, uma aquisição de conhecimentos superior àquela que eu tinha depois de ter feito a 4^a classe. Há transmissão de conhecimentos e a Escola não percebeu ainda que os seus alunos já têm este lastro construído e que, todos os dias, estão convocados para uma lógica de comunicação de que ninguém se consegue afastar, que lhes passa

conhecimentos, que lhes transmite informações, que lhes serve de base de entretenimento.

Sinto que a Escola tem um comportamento clássico e desacertado em relação a estas matérias, ensinando provavelmente como fazia antes da emergência destes potentes meios de comunicação. Por isso, estou convencido de que se o estudo referido pelo Eng^o Roberto Carneiro sobre o sentimento das crianças em relação à Escola - a comparação entre a Escola e a televisão - se se fizesse em Portugal, daria um resultado ainda mais esmagador porque, de facto, os alunos sentem que a Escola está desajustada relativamente à televisão.

Se calhar, quem tem responsabilidades a nível da Educação ainda não percebeu essa realidade ou, então, ainda não foi capaz de pôr em prática um sistema que concilie ambos, a utilização desse lastro que as pessoas adquirem no seu dia-a-dia de contacto com a comunicação social, com a transmissão de conhecimentos que a Escola tem que passar. Muito provavelmente, quando um professor de Zoologia passa informações dessa área específica aos alunos, eles já assistiram a inúmeras edições do "National Geographic", inúmeras edições de programas de televisão consagradas àquela matéria, pelo que o que o professor lhes diz se torna desinteressante para eles, ultrapassado, já conhecido, sem nada de novo. Estou convicto de que, sobretudo em Portugal, essa articulação não está feita.

Se projectar esta realidade para situações mais sofisticadas do ponto de vista informativo, não duvido que estamos ainda muito longe de fazer o aproveitamento da informação que já está neste momento inteiramente disponível, mesmo para os cidadãos portugueses. Este desfasamento há-de gerar tensões fortíssimas entre alunos, professores

e famílias face à presença, no caso português, de muitas estações de rádio, de vários canais de televisão e de muitos jornais. Não há sintonia.

É preciso que os meios que a comunicação social usa estejam ao dispor dos educadores. Há aí um caminho de formação, um caminho de educação, um caminho de comunicação, feito numa área específica, feito com objectivo específico, que não está, nem de perto nem de longe, inteiramente explorado. Há a experiência da TV educativa, sem dúvida, mas tudo o resto são experiências muito ténues, que não levam em linha de conta nenhum destes dados. Apenas conheço um único exemplo de uma universidade portuguesa que tem contacto diário com a rede mundial de base de dados, comunicação que protege muito bem, diria até que a mantém com um certo segredo. As universidades não têm meios de acesso a esses instrumentos sofisticados que lhes permitiria estabelecer uma grande comunicação, entrar nessa lógica da aldeia global de que falava Mac Luhan, e que me parece inevitável nos dias de hoje.

Queria distinguir, no entanto, a questão que na intervenção do Eng^o Roberto Carneiro me parece ficar numa zona de penumbra - trata-se do papel dos meios de comunicação social, a televisão X, a rádio Y, o jornal Z. No meu ponto de vista, não devem trabalhar diariamente como se estivessem preparados para educar as pessoas, no sentido de que é preciso formatá-las em função de um determinado objectivo. Não acredito nessa lógica; acredito, sim, que os jornais, rádios e televisões estão obrigados apenas a passar informação.

Creio firmemente que é nas virtualidades da pluralidade dos meios de comunicação social que reside a vitalidade da democracia. Essa

pluralidade, essa capacidade diversificada de observar a mesma realidade e de fornecer leituras distintas, permite que os públicos possam apreender o mesmo acontecimento por forma diversa e por leituras distintas e façam a sua própria síntese e formulem juízos a respeito de cada matéria. Tenho sempre muitas dúvidas quando aparece uma instituição que empurra os órgãos de comunicação social para uma lógica de instrumento de educação fora deste contexto a que me estou a referir. Acho que o grande jogo educativo que a comunicação social faz é a prática e a passagem da informação e é a diversidade dessa informação. É desse choque de informações distintas que os cidadãos se enriquecem e que a democracia se estabelece de forma mais marcante. Cria-se uma lógica de opinião pública que acaba por ser a forma como a sociedade quebra a unilateralidade dessa comunicação.

Assim, e tal como o Engenheiro Roberto Carneiro muito bem sublinhou, é preciso que haja cada vez mais cidadãos bem educados que tenham passado por essa aquisição revolucionária de conhecimentos na Escola, de tal maneira que depois cada um esteja suficientemente apetrechado para, em contacto com a informação que é difundida pelos diversos meios de comunicação social, ser capaz de perceber, num primeiro tempo, de ajuizar, num segundo tempo, e de, num terceiro tempo, estabelecer paralelismos e confrontar essas diferentes mensagens, que são sempre distintas e necessariamente plurais. A preparação dos cidadãos para esse caminho é que me parece ser a lógica e o caminho correctos a percorrer.

A propósito da violência nos meios de comunicação social, acho que existe uma onda incompreensível inscrita nessa tal lógica de que os órgãos de comunicação social são o terror que vem aí para dominar as consciências e os cidadãos. Há claramente uma movimentação no

sentido de que a comunicação social é a violência, que ela provoca efeitos terríficos e destruidores na sociedade, nos cidadãos e nas crianças. Tenho registado depoimentos e comunicações de pessoas com muita responsabilidade no país sobre este assunto e todos eles passam por essa ideia. Se começássemos a inquirir cada uma dessas pessoas sobre o valor dessas afirmações, sobre a fonte onde foram colhidas, onde é que isso acontece, etc., chegaríamos talvez a uma conclusão diferente. Todos os estudos que conheço, tanto em Portugal como, por exemplo, nos Estados Unidos, não apontam para resultados semelhantes a essa lógica catastrofista que vejo aparecer por aí todos os dias e que vejo ser exercitada pela Alta Autoridade para a Comunicação Social quando todos os dias pede filmes para as televisões, envia comunicações, tenta ter uma intervenção que, do meu ponto de vista, é altamente perniciosa.

Outra questão vital levantada pelo Conferencista prende-se com o desfasamento entre o serviço público e os meios privados de comunicação social em Portugal. Confesso que não digo isto por simples defesa de interesses dos órgãos de comunicação social privados, digo-o como cidadão. Acho que é absolutamente necessário, nestas circunstâncias, existir um serviço público de comunicação social em televisão. Ele não existe, não é minimamente praticado e não vejo nem a Alta Autoridade para a Comunicação Social, nem ninguém, elevar-se contra a inexistência desse fundamental serviço.

Temos o exemplo do Japão e de outros países da Europa em que, com o aparecimento de canais privados de televisão, os Governos acautelaram o seu serviço público. Na Bélgica, quando se abriu a televisão à iniciativa privada terminou a publicidade na televisão do

Estado, porque o Governo preferiu que se institísse um serviço público de televisão e os cidadãos aceitaram pagá-lo.

Como cidadão deste país, aceito perfeitamente pagar a existência de um serviço público de televisão, porque acho que é crucial que ele faça aquilo que os órgãos de comunicação social privados não podem fazer por não terem outro meio de subsistência que não seja a publicidade. Esta obriga-os a fazer o jogo das audiências e nem sempre esse jogo coincide com aquilo que são os interesses mais distantes de um povo. Eu não sou dos que pensam que os públicos são estúpidos, incapazes de compreender; tenho sempre um profundo respeito pelas pessoas que estão lá em casa a ver televisão, a ouvir rádio ou a ler jornais. As pessoas sabem muito bem o que querem, mesmo as que não são especialmente letradas. Estas podem não saber explicar porquê, mas conseguem ter um sentimento de adesão ou de repulsa em relação a determinadas coisas.

Se pensar na nossa integração a nível da comunidade, na inevitável dissipação de valores de natureza cultural por nos integrarmos num espaço mais largo, bom, acho que se torna ainda mais vital a existência de um serviço público que leve em linha de conta factores agregadores de nacionalidade, factores que têm a ver com a manutenção de um lastro histórico marcante e importante que não pode ser alienado nem perdido, sob pena de nos perdermos a nós próprios e às nossas referências. O caminho em que estamos, de facto, não nos leva lá. A RTP é indiscutivelmente a mais comercial das estações estatais europeias. O canal 1 da RTP é um canal comercial puro e duro, sem nenhuma concessão a uma lógica de serviço público, exceptuando, se quisermos, o tempo de antena.

O panorama televisivo em Portugal é uma competição entre os canais privados e um canal público que funciona como privado, é a inexistência de um serviço público que recebe dinheiro dos contribuintes mas que não presta serviço público de espécie nenhuma, pelo contrário, encontra aí motivo para se financiar e para reforçar essa lógica comercial que lhe está presente. Estou decididamente convencido que esta situação tem que ser alterada e que, se não o for, provocará efeitos nefastos de diversa índole, nomeadamente dificuldades à vida das próprias estações privadas, dado não negligenciável porque a aquisição desta lógica plural através da existência de três estações de televisão é um bem fabuloso, enriquecedor, a não ser desprezado por ninguém. Actualmente a realidade portuguesa já está substantivamente alterada com a presença das televisões, com a importância que adquiriram alguns jornais e com a multiplicação de rádios por todo o país, por mais que se possa questionar a qualidade de algumas dessas rádios.

Queria, por último, fazer uma referência à ideia da passagem da sociedade da informação para a sociedade da educação, referida na parte final da intervenção do Eng^o Roberto Carneiro e que merece continuada reflexão ao longo do tempo. Provoca uma grande polémica em seu redor e um interessantíssimo e enriquecedor debate, que nunca vi sugerido e que está na altura de começarmos.

Dr. Jorge Wemans

Estava convencido que já conhecia mais ou menos o pensamento do Eng^o Roberto Carneiro sobre esta matéria, portanto tinha alinhavado

algumas ideias para o meu comentário. Mas ele surpreende-nos sempre e eu já devia estar habituado a isso... Enfim, o que eu ia dizer foi mais ou menos para o caixote do lixo! Mas, como ganhei em estímulo e sugestões, gostava de fazer alguns apontamentos muito breves e, depois, duas reflexões um pouco mais longas.

Devo dizer que naquilo que direi sou muito influenciado pelo debate e pelo trabalho que há cinco anos desenvolvo no "Público", com o Dr. Manuel Pinto, a Dr^a Alda Baleiras e o Dr. António Santos, - as três pessoas que no jornal conduzem tenazmente um pequeno programa, humilde e muito simpático, que é "O Público na Escola", e que o Eng^o Roberto Carneiro teve a gentileza de referir.

Farei, em primeiro lugar, quatro pequenos apontamentos:

1^o - Os meus filhos, crianças dos sete aos catorze anos, não são estudantes geniais, a do meio é um bocadinho melhor do que a média e os outros dois são perfeitamente medianos. Todos gostam das três diferentes escolas oficiais em que andam - a Escola Secundária Pedro Nunes, uma escola C+S e uma escola primária. Também gostam bastante de televisão e o mais velho já lê o jornal, o que não é mau... Quero, assim, sublinhar o reverso daquilo que o Emídio Rangel referiu; creio que há também uma onda contra a Escola; e, atenção, a Escola, apesar de tudo, não só "guarda" os nossos filhos (má atitude do ponto de vista dos pais), como também agrada a alguns miúdos, o que é espantoso, se tivermos em conta o que os adultos dizem sobre ela. É necessário recuperar este pólo na relação dos meios de comunicação com a Escola; nem tudo à terra, nem tudo ao mar! Na qualidade de profissional da comunicação social, não deixo

de defender a Escola, através da simples observação do comportamento dos meus filhos.

2º - Na linha do que o Emídio Rangel afirmou, faço notar o facto de já estarmos algumas décadas à frente do início do primeiro impacto social e cultural da televisão. Actualmente a produção universitária sobre a capacidade de reacção das crianças e das pessoas que são telespectadoras avançou bastante. Já não estamos nos anos 60, quando o pensamento universitário sobre o impacto da televisão e dos meios de comunicação social nas nossas criancinhas era visto como unilateral. Hoje em dia, passadas décadas em que esse fenómeno se foi acumulando e já tem mais do que uma geração, os meios universitários chamam a atenção para que aqueles pequenos seres que estão diante do écran também pensam, reagem, seleccionam, escolhem e adoptam, ou não, as atitudes que lhes convêm. Até que ponto isto é feito com plena liberdade, é ainda um grande debate, mas creio que hoje a visão do telespectador, sobretudo do telespectador infantil, não é a visão que tínhamos nos anos 60. Visão que, com alguma caricatura, poderíamos sintetizar da seguinte forma: a televisão diz, os miúdos fazem.

Não nego que haja poder nos meios de comunicação social. Vou até mais longe do que o Emídio Rangel e reconheço claramente que eles não dão só informação. Não tenho dúvidas nenhuma de que formam. Os meios de comunicação social, propõem visões do homem, do mundo e de um modo de relacionamento. Nos meios de comunicação social a informação não é gratuita, situa-se num contexto da actualidade, é sempre uma escolha, não só em termos daquilo que se escolhe para comunicar, mas

também da forma como se comunica. Há muito mais do que informação, há sem dúvida formação. Mas o seu poder, antes de saber se é nefasto ou benéfico, não é tão violento quanto isso.

3º - Em relação à televisão, creio que com o andar dos tempos se passará aquilo que hoje progressivamente se passa em relação aos jornais, ou seja, as pessoas têm a ideia de que aquilo que não passa na comunicação social não existe, e nesse ponto concordo com o conferencista. Discordo e duvido, contudo, que aquilo que passa na comunicação social seja a verdade. Se não estiver nenhum jornalista neste seminário e se no futuro próximo não houver qualquer eco do presente debate nos media, estou perfeitamente de acordo que ele não terá existido do ponto de vista da sociedade portuguesa. Que o que seja dito, visto ou escrito a propósito dele seja a verdade sobre ele... não me parece. A verdade dos factos é sempre múltipla e não se esgota na informação que passa nos meios de comunicação.

4º.-Finalmente, a outra questão muito importante é o conceito de serviço público que tanto o Engº Roberto Carneiro como o Emídio Rangel utilizaram. À partida, devo dizer que tenho várias páginas de jornal em que faço serviço público e que ninguém me paga por isso. Em segundo lugar, não reduzo o serviço público de televisão a uma "chatice", a algo necessariamente sem audiências, ainda que, evidentemente, tenha que contemplar as questões que se ligam com minorias de todo o tipo e, necessariamente, a audiências menos globais.

Passando para as questões que me parecem mais pertinentes, manifesto a minha grande apreciação e concordância com a forma como o Eng^o Roberto Carneiro terminou a sua intervenção, apelando para a educação para os mass media. Ora, repetindo o que o Eng^o Roberto Carneiro disse, creio que é fundamental para as pessoas que hoje passam na Escola ganharem uma qualidade de telespectadores, de leitores de jornais e de ouvintes de rádio, que é essencial para a sua capacidade de amanhã serem cidadãos deste país ou de qualquer outro em que vivam. É perfeitamente contraditório passarmos anos a reconhecer que a comunicação social tem uma importância enorme e, depois, na Escola - a instituição que a sociedade portuguesa tem para desenvolver a capacidade crítica em relação aos meios de comunicação social e a capacidade de protagonismo (porque há uma arte de ser protagonista na comunicação social, como os políticos muito bem sabem) -, não se dedica tempo nenhum a educar as futuras gerações neste sentido.

Acrescento que este trabalho educativo e esta atenção educativa têm essencialmente a ver com a percepção de cidadania que nós temos e creio que há aqui muitos factores em que mexer. Parte da cidadania tem a ver não só com a "mundialização do mundo", que de repente se tornou mais próximo, e outra parte tem a ver com a comunicação social e, seguramente, com a publicidade. "En passant", diria que creio que um dos componentes fundamentais da cidadania de hoje e de amanhã não se restringe àquela base da escolha ética e da escolha política para a qual a maior parte das pessoas já é sensível, mas inclui também a escolha ao nível do consumo. Hoje, a socialização já se faz mais pela pertença a um certo nível de consumo, do que pela pertença a um espaço geográfico, religioso, político, sentimental, etc. Creio que a

cidadania de amanhã ainda terá mais a ver com as escolhas ao nível do consumo. Isto molda o tipo de sociedade que construímos, molda o dia-a-dia e molda as relações internacionais. Só por causa destas três questões creio que valeria a pena fazer-se uma reflexão sobre o assunto.

Da publicidade tenho uma visão um pouco mais matizada, talvez um pouco menos negativa do que o Eng^o Roberto Carneiro, mas penso que em relação a ela e à educação para os meios de comunicação social, valeria a pena ter em conta a educação do consumo. Não se trata de uma educação paternalista, mas de uma tomada de consciência da importância do acto de consumir e da escolha que envolve esse acto.

Passo a uma última questão, sublinhada pelo Emídio Rangel e que eu queria reforçar, não sem introduzir antes uma constatação que faço - o nosso vocabulário está a ter alguma dificuldade em captar a realidade, acho eu, e não consigo ser mais explícito do que aquilo que vou tentar ser. Há, por isso, que perceber o fundo do que pretendo dizer, mais do que as palavras, pois julgo que sofremos de um défice de palavras e de inteligência, porque a palavra e o discurso têm a ver com a capacidade de entender, de explicar.

Creio que devíamos dividir claramente nos nossos conceitos e não colocar no mesmo cesto as tecnologias de informação e os meios de comunicação social. Para levar o "Público" aos meus leitores, utilizo uma tecnologia relativamente antiga, que é a impressão, que já suporta os livros de texto que encontramos nas salas de aula. Suponho que os suportes tecnológicos que fazem o ambiente da televisão, dos computadores, etc., estarão amanhã cada vez mais disponíveis para a Escola. Portanto, estamos perante duas questões que são muito

diferentes em termos de meios de comunicação social: os órgãos de comunicação social e as tecnologias de informação.

Reconheço desde já que a utilização que os órgãos de comunicação social fazem dessas tecnologias é marcante e, portanto, os livros de texto que os Senhores Professores utilizam hoje na primária, e sobretudo no secundário, têm muito a ver com o tipo de grafismo que os jornais utilizam, com o seu tipo de disposição gráfica, com a cor, etc. Amanhã, penso que o uso das outras tecnologias de informação que começarão a estar, e já estão, disponíveis para a Escola será grandemente influenciado pelo uso que a televisão delas faz.

Simplemente, penso que isto está a acabar. Penso que o grande facto é que não estamos a transitar para nada, a não ser para a própria mudança. Mas arrisco dizer, apesar desta consciência, que a Escola começa a ter elementos para ser ela quem inova em termos do uso destas tecnologias de informação. Não me espantaria se os meus netos fossem exigentes em relação às televisões porque elas não fazem aquilo que eles aprenderam a fazer com as tecnologias do audiovisual com que aprenderam a trabalhar na escola. Sinto que estamos demasiadamente presos à visão de que a Escola andou a reboque da inovação e da capacidade de utilização e instrumentalização que os meios de comunicação social fizeram das novas tecnologias.

Amanhã, creio que os jornais serão obrigados a ser diferentes porque os livros de texto serão mais "giros" do que os jornais e, portanto, se os jornais não mudam, "a malta" deixa de os ler, o livro de texto é muito mais engraçado, tem muito mais relação com o audiovisual do que aquilo que os profissionais da comunicação social escrita foram capazes de fazer.

Portanto, não sei quem é que neste momento puxa o comboio. Tenho a certeza que foram os meios de comunicação social no passado, duvido que assim seja durante muito tempo, e espero que os tais netos sejam capazes de criticar a TVI, porque é muito mais "chata" do que a televisão que eles conseguem gerar com o seu grupo da escola.

No meio da relação da comunicação social com a Escola, com a Educação, o problema reside, como sempre, nos fundamentos, naquilo que as pessoas pensam que é a educação. Com a evolução do nosso entendimento sobre a Educação, penso que cada vez mais os meios de comunicação social são algo de pacífico e menos concorrente para o profissional de educação. A verdade é que sem eles não há educação nas instituições e nas escolas.

A grande guerra que tivemos entre a comunicação social e a Escola foi na linha da concorrência na transmissão dos conhecimentos. Ora, a Escola não é só para isso que existe. Educar é cada vez menos apenas um processo de transmissão de conhecimentos. A Escola é um lugar de formação para a cidadania, é um lugar onde se aprende a aprender. Creio que, de algum modo, a consciência mais vasta do que é o processo educativo e a função do educador esvazia um pouco a preocupação do professor com o facto de que "a televisão já deu a minha aula ontem". Porque a função do profissional de educação não é dar a aula, é um pouco mais complicado do que apenas isso.

Meios de comunicação, maus ou bons, existem vários nesta sociedade. Não me parece que tenham um poder desmesurado, mas têm-no efectivamente, e não só ao nível da transmissão do conhecimento como ao nível da formação das consciências. Cabe à Escola perceber que isso tem qualquer coisa a ver com os miúdos que

lá passam, com o processo educativo, com os homens de amanhã, e esse jogo de educar para a utilização dos meios de comunicação social parece-me algo extremamente importante no processo educativo actual, sublinhe-se e repita-se.

Dr. José Salvado Sampaio

Representante das Organizações Sindicais no Conselho Nacional de Educação

Estranhei um pouco o rumo que as intervenções tomaram, pois supunha que o tema desta sessão seria sobre o papel da comunicação escrita na educação, uma vez que há especificamente uma rubrica do programa dedicada ao papel da televisão. Quanto à comunicação escrita, mesmo no período do Salazarismo os nossos jornais, designadamente o "Diário de Lisboa", tinham uma intervenção muito mais vasta nos problemas educativos do que têm hoje em dia.

Uma das ideias que considero importante é que não deve haver polarização dos temas, ou seja, não se deve encarar a educação como antagónica da comunicação social. São convergentes e são divergentes. A acção na Escola tem um aspecto que é fundamental, e nisso concordo totalmente com o Eng^o Roberto Carneiro, que é a transmissão de valores universalizáveis. E a própria comunicação social, como está submetida, para sobreviver, ao lucro e à publicidade - não quer dizer que toda a publicidade seja negativa - necessariamente transmite valores que são muitas vezes antagónicos aos dos próprios alunos e da acção da Escola. Portanto, a Escola pode utilizar a comunicação social como meio formativo e os escolares devem habilitar-se e devem criar defesas

para responder aos sortilégios da publicidade, que são meramente lucrativistas.

A Telescola, por exemplo, não teve o aspecto positivo que lhe foi atribuído. Defendia-se uma escola única de seis anos, que teve fórmulas diferentes, e a Telescola foi preencher as zonas geográficas que eram nitidamente mais desfavorecidas. O distrito de Viana do Castelo tinha uma percentagem de frequência da Telescola muito mais evoluída do que o ciclo preparatório directo do distrito de Lisboa. E criaram-se três vias paralelas.

Como leve apontamento, queria dizer que um mega-debate não é uma forma de democracia. O mega-debate é uma forma absolutamente antagónica à democracia, porque não permite a exposição das posições e cria um certo ambiente tipo clubista que é contrário à racionalização dos problemas.

Quanto ao pluralismo da comunicação social, indico o caso da SIC, quando quis fazer um debate público reduzindo os candidatos à Câmara Municipal de Lisboa a dois elementos, pondo de parte outros candidatos que também eram legítimos.

E disse, embora tivesse muito mais a dizer.

Dr^a Georgina Esteves

Instituto Camões

Na sessão da manhã, o Dr. Proença de Carvalho defendeu as virtudes do liberalismo económico e a confiança na capacidade do

público saber distinguir o trigo do joio. Por outro lado, o Prof. Marçal Grilo lembrou as dificuldades da aplicação desse princípio a Portugal, com as elevadas taxas de analfabetismo e as baixas taxas de alfabetismo portuguesas. Outro problema levantado foi também o da fonte de financiamento dos media e o poder dos grandes grupos por trás deles.

Queria pedir ao Eng^o Roberto Carneiro, cuja reputação nacional e internacional é inquestionável, que tem um verbo capaz de encantar as serpentes e que, além disso, é pai de muitos filhos, alguns deles adolescentes, que nos explicasse como é que no desempenho das suas funções na TVI vê realmente todos estes aspectos e como é que vê, no contexto português, o papel e as responsabilidades dos media, nomeadamente das televisões privadas, na construção do tal projecto educativo da comunidade que referia.

Recordava, no caso da programação da TVI, que vejo mal como é que conciliam uma belíssima programação de cinema e a melhor série para jovens, que é o "Parker Lewis", com um programa reaccionário e machista, como é o "Queridos Inimigos".

Uma participante

Falou-se no poder e penetração da televisão. Curiosamente, Senhor Eng^o Roberto Carneiro, ao citar Alain Minc, fê-lo em parte, porque na realidade parece que a penetração da televisão junto do meio juvenil está muito dependente da escolarização da família. Assim, a grande questão que hoje se põe a nível de educador é saber se a televisão, a comunicação social, fomenta ou dilui as assimetrias que a Escola

coloca. A Escola não tem aceitado com muito bom grado dizer que cria marginalização, que cria exclusão escolar.

Ao Emídio Rangel - na realidade, terão visto os alunos o "National Geographic"? Será que os órgãos de comunicação social passarão só informação? Também não têm os educadores medo dos media? O que existiu durante um tempo foi o conflito entre a escola paralela e a escola institucional com natureza e formas e instrumentos de difusão de duas culturas bem divergentes e que o Jorge Wemans diz com muita correcção que podem encontrar-se e complementar-se.

Dr. Joaquim Simões Redinha

Inspector de Educação

Há uma imensidade de questões a colocar sobre a conferência que ouvimos com muito agrado, mas cada vez estamos com menos espaço para intervir. É um comentário, mas a realidade é essa e não podemos ir contra ela.

Julgo que, fundamentalmente, o fenómeno a que temos assistido em Portugal e nos diversos países do mundo, nomeadamente na Europa, é a democratização do ensino. A questão da democratização quantitativa marchou rapidamente, principalmente nos países que tinham dinheiro, mas em Portugal um pouco mais lentamente. A pergunta que eu formulo é se a democratização qualitativa tem também progredido, não só em Portugal como nos restantes países dentro e fora da Europa.

Quando se diz, com verdade, que a escola é tristeza, enquanto que o exterior é alegria, eu recorro aquele quadro célebre da criança com uma lágrima no olho e cujo título é "O Primeiro Dia da Ida à Escola". Penso que está mal intitulado, deveria antes ser o segundo dia ou a segunda semana. Porquê? Porque penso que o fenómeno não se restringe a invadir as nossas escolas com os meios de comunicação próprios da televisão ou coisa parecida; o problema que se põe é a democratização qualitativa da sociedade. Ela tem avançado? É uma interrogação que coloco ao Eng^o Roberto Carneiro, que tem uma larguíssima experiência de tudo o que se passa entre nós e fora de nós.

Gostaria ainda de lhe perguntar se a referida experiência japonesa contempla também esta preocupação dominante de transformar a sociedade e as nossas escolas num estado de espírito efectivamente de democracia qualitativa, porque essa é exactamente a grande conquista e preparação da sociedade do futuro. É uma questão que tem muito a ver com o diálogo, com as relações interpessoais, com toda essa comunicação e não somente com os meios de comunicação sofisticados - isso também contará, com certeza, mas não é tudo.

Gostaria de colocar uma questão em relação aos meios de comunicação social. Será que no presente e com aquilo de que dispomos, mesmo tendo em conta o campeonato de audiências a que assistimos, nós não podemos fazer algo para transformar as pessoas em geral e fundamentalmente os jovens até aos 18 anos, uma vez que, basicamente, a formação no seu sentido puro termina nessa idade? Não poderíamos já ter mais algumas possibilidades de que as escolas tivessem acesso a certo tipo de programa que desencadeasse reacções nesse sentido? Era exactamente esta a questão.

Luís Miguel Fontes*Representante do Conselho Nacional da Juventude no Conselho Nacional de Educação*

O meu primeiro comentário tem a ver com a questão da responsabilidade pelo processo educativo. Parece-me que vale muito pouco a pena um debate, que à partida julgo viciado, em que se pergunta de quem é essa responsabilidade, se da Escola ou dos meios de comunicação social, porque cada vez mais ela depende menos de vontades. É óbvio para mim que a responsabilidade pelo processo educativo é cada vez mais partilhado e que há muito que a Escola e os centros de formação em termos mais formais deixaram de ter o monopólio da formação. Portanto, não se trata tanto de uma questão de vontade; quer queiram, quer não, os agentes da comunicação social intervêm no processo educativo, mesmo que não seja esse o seu desejo.

Em relação à violência que o mercado impõe, pergunto-me se a guerra das audiências significa uma oferta tão pouco plural. Não sei se não há possibilidade de oferecer mais e melhor; nomeadamente, não estou nada convencido de que sejam as audiências a ditar alguns padrões e acho que há pouca audácia por parte dos agentes privados em procurar outra oferta, que pode ser também de qualidade.

Sublinho as palavras do Jorge Wemans sobre o serviço público. Efectivamente, não concordo que este seja maçudo; o importante é dar espectacularidade ou atractividade - como disse o Eng^o Roberto Carneiro - à lógica da qualidade. O divórcio escola - meios de

comunicação social, mais do que uma separação dos meios de comunicação social, é um divórcio do mundo moderno, porque quando a cultura tecnológica não está presente na escola, desde o nível pedagógico aos recursos e equipamentos, é óbvio que esse divórcio persiste.

Se não houver possibilidade de intervir a nível desta clivagem, ela acentuar-se-á. Reconheço que é impossível dotar todas as escolas de computadores mas uma experiência como um grande parque tecnológico-científico, um chamado museu vivo, onde seja possível as escolas estarem presentes em visitas de estudo regulares, é um dos meios alternativos que penso ser urgente começar a pensar, pois não tem sido alvo de grande atenção.

A educação para o consumo é fundamental. Uma das experiências mais interessantes que tive enquanto aluno foi aprender a desconstruir um telejornal e aprender a desconstruir a publicidade. É das experiências mais aliciantes que há e daquelas que apetrecha melhor qualquer aluno para ser selectivo e criterioso e para ter um certo espírito crítico perante a oferta que lhe surge pela frente.

Dr. Luís Leandro Vasques Dinis

Professor da Escola Secundária Alves Redol

Em todo o discurso do Eng^o Roberto Carneiro perpassa uma preocupação tecnocrática em termos de utilização dos meios de informação - e os meios são meios apenas - porque se erigem esses meios como o próprio emissor da transmissão da informação e da educação. Regozijo-me com a última intervenção, que vem repor

exactamente o ponto fulcral na discussão que está aqui neste momento, que é a importância dos meios de comunicação e a educação.

Durante os vários discursos afirmou-se que a televisão diz, faz e influencia, e nunca se referiu quem é o autor da informação que passa pelo meio que é a televisão. Tenho presente uma nota emitida há pouco tempo obrigando os genéricos dos programas a terem indicações sobre a realização e sobre todos os elementos que participaram na sua feitura. Isso é que é importante não esquecer! Na sala de aula, um professor faz uma afirmação e um aluno diz que não é verdade, porque ouviu o contrário na televisão, no dia anterior. E quem é que disse? Foi a televisão! Desafio qualquer pessoa a perguntar a um jovem que utiliza um programa de informática se sabe quem é o autor. Desafio qualquer pessoa a consultar os jovens sobre quem é o agente emissor de uma informação que passa na televisão e, muitas vezes, nos jornais.

É a questão fulcral desta problemática - nada se pode substituir à relação inter-pessoal entre o professor e o aluno, a relação cara a cara em que se sabe quem é o emissor e o receptor. Portanto, a questão que coloco ao Eng^o Roberto Carneiro é saber onde é que no meio do seu discurso, que tem uma beleza formal fantástica, coloca a relação pessoal, social, na sua dimensão humana.

Dr^a Isabel Oliveira

Oficina Pedagógica do Instituto de Inovação Educacional

Nos últimos três anos o nosso grupo tem assumido a responsabilidade da realização da "Semana dos Media" na escola, integrada no programa mais vasto da educação para os media.

Neste âmbito, entendemos como extremamente importante e urgente a introdução da actualidade nos meios escolares como elemento de análise, de descodificação e de compreensão. Pretendemos formar cidadãos com capacidade crítica e interventiva, para o que temos vindo a realizar formação junto dos professores que partilham este programa. O ano passado estiveram envolvidas 180 escolas e este ano prevemos uma participação na ordem das 250.

Defendemos que esta análise da informação se projecta em três vertentes específicas:

- a) a que diz respeito à utilização pedagógica dos meios de comunicação, com a inerente descodificação dos novos códigos de comunicação;
- b) a que visa a qualificação da produção dessa mesma informação no espaço escola;
- c) uma outra, a da reorganização da informação, de forma a que ela fique em acesso livre de toda a comunidade

Uma participante

Há uma questão educativa que gostaria de sublinhar: se por um lado a escola está fechada aos meios de comunicação social, ela também aparece muito pouco enquanto realidade social dinâmica nesses meios de comunicação social. Normalmente, em especial na televisão pois nos jornais é diferente, a escola só surge quando há motivos para críticas ou em períodos eleitorais. De facto, uma reforma educativa como a que foi lançada não aparece nos seus verdadeiros conteúdos na televisão, o que faz com que muitos professores ainda não tenham conseguido perceber

o que ela tem de fundamental e, portanto, a tenham pervertido nalguns casos, adaptando-a àquilo que achariam que era. As famílias, inclusivamente, assim como a sociedade, ainda não perceberam muitos dos pontos fundamentais patentes na reforma.

Às vezes pergunto-me se esta reforma não será mesmo para não cumprir e por isso mesmo os responsáveis por ela não ousam assumir publicamente as suas potencialidades. Concretamente, pergunto ao Engenheiro Roberto Carneiro, um dos seus responsáveis, se era sua intenção trazer a público, através dos meios de comunicação social, as potencialidades e os principais vectores da reforma, nomeadamente através daquilo que de positivo se faz nas escolas.

Dr. Emídio Rangel

Não podia deixar passar a afirmação do Doutor Salvado Sampaio em relação ao debate de hoje e, assim, perguntaria por que é que se realizam na televisão debates com todos os candidatos às Câmaras Municipais de Lisboa e Porto e não se realizam debates iguais para as cidades de Coimbra, Faro, Beja, etc.? Houve uma razão, uma preocupação de escolher, e escolheu-se Lisboa e Porto. Porquê? A mesma razão e critério que levou à escolha de um debate entre candidatos de Lisboa e da zona metropolitana de Lisboa, por um lado, e candidatos do Porto e da zona metropolitana do Porto, por outro, leva a que nós, a SIC, proponhamos debates a dois.

Mas atenção, que ninguém se engane a este respeito! É que a intervenção na televisão não se esgota no debate, há múltiplas outras modalidades possíveis. O facto de termos privilegiado debates a dois só

nas cidades de Lisboa e do Porto justificou-se porque, de acordo com critérios jornalísticos, entendemos que estas eram as duas cidades mais importantes e era isso mesmo que propiciava a grande discussão a nível da opinião pública. Não prejudicaria as reportagens que estamos a fazer diariamente desde há três meses a esta parte por todo o país, com quatro equipas, não prejudicaria entrevistas que tínhamos feito e nem sequer punha em causa debates que pudessem ser realizados com todos os candidatos. A questão é de outra natureza, que eu poderei explicar noutra contexto, e não tem nada a ver com democracia ou com democraticidade.

Quanto ao chamado campeonato das audiências que o Dr. José Redinha referiu, confesso que a mim ele não me incomoda nada e que, pelo contrário, até o acho positivo. Trata-se de uma disputa, por parte das estações, dos públicos que têm o enormíssimo poder de carregar numa tecla e assistir a este programa, se gostam, ou de premirem noutra tecla e assistirem a outro, se não gostam do primeiro. Esta tentativa de agradar aos públicos e de conquistar audiências não me parece nada perversa; antes, acho profundamente errada uma outra atitude imobilista que não passa por esse esforço de programar de acordo com o desejo e gosto dos públicos. Quando os órgãos de comunicação social que se destinam a públicos pré-determinados não chegam lá, não comunicam, dá-se o divórcio e não há comunicação. Portanto, é um absurdo criticar esse esforço notável de querer captar a atenção dos diferentes públicos.

Respondendo a outra questão - quando falo no serviço público de televisão não acho que ele tenha que ser um serviço aborrecido e só para minorias. O meu conceito de serviço público não é o praticado pela RTP, é um outro, de outra natureza, que vai também ao encontro dos

grandes públicos. O que eu acho que uma televisão de serviço público pode fazer, e as privadas não, é um certo experimentalismo, um certo vanguardismo, uma certa preocupação de intervenção em determinados domínios e áreas que, de facto, só podem ser feitos se a sociedade os quer assumir como tal e, portanto, paga para esse efeito.

Dr. Jorge Wemans

Gostaria de comentar a questão da Escola estar tão pouco presente nos meios de comunicação social. No "Público" ela vai estando presente, embora não estejamos ainda suficientemente satisfeitos. Analisando com frieza, creio que apesar de tudo há hoje nos meios de comunicação social escritos, mais do que há cinco anos atrás, uma atenção à escola, não só na questão institucional do ensino, mas também aos seus actores: os miúdos, os professores, etc. É insuficiente mas, mesmo assim, as escolas vão ganhando capacidade de se tornarem protagonistas de informação. É algo de difícil para elas e há também uma pedagogia e uma educação a fazer a esse nível.

Segundo apontamento: não tenho qualquer dúvida que um dos factores mais importantes em que a Escola se diferencia de outras formas de aquisição de conhecimentos é o facto de haver relações pessoais, de os meus filhos estarem em contacto com outros adultos. Iludimos tudo e não percebemos a realidade se não temos em conta que de permeio nessa relação estão os órgãos de comunicação social. Eles constam nessas relações professor-aluno e aluno-aluno, nos seus valores, na sua ideia do mundo e na sua apreensão das coisas; evacuá-los ou torná-los inimigos porque decantam outros valores que

são contrários aos da escola, acho que é um fora de jogo. Se eu, enquanto educador, pensar que tenho uma relação com os meus filhos independentemente daquilo que se passa na televisão e no meu jornal, estou fora de jogo.

Eng^o Roberto Carneiro

Este é um debate constante e muitíssimo útil, que o Conselho Nacional de Educação teve o mérito de relançar nestes moldes, mas do qual não vão sair certezas finais. Por isso, queria abordar meia dúzia de questões extremamente pertinentes e argutas que foram colocadas e que não podem sair daqui sem um esclarecimento ou, no mínimo, um comentário.

- a) Tenho escrito, dito e redito à saciedade, e continuo a afirmá-lo e defendê-lo, que não existe acto educativo real, sem mediação humana. Isso seria um absurdo, uma aberração, seria uma solidão monstruosa a que a humanidade estaria votada. Refiro-me quer à instituição familiar, instituição educativa por excelência, quer à escola, à sala de aula, ao custo educativo.

Como já disse neste auditório há uns meses atrás, num debate sobre a educação e a comunicação social, a função educativa exige tempo, valor que normalmente não há na comunicação social. Posso dizer-vos que um dos maiores dramas com que luto todos os dias é a fugacidade do tempo. A unidade de tempo na televisão é o "frame" (1/25 segundo) e a programação da televisão - o décor, o cabeleireiro, o fato, o grafismo, tudo o mais - é feita praticamente em função do "frame", como o Emídio Rangel tão bem sabe.

Ora bem, está aqui uma vantagem estratégica fundamental da escola e da família, como escrevi várias vezes e julgo que o Jorge Wemans já leu, que é a gestão do tempo numa dimensão humana e não numa dimensão meramente tecnológica. Há que encontrar uma conciliação entre esta função informativa da comunicação social em catadupa torrencial, transportadora de algum impacto formativo, com a decantação, o aprofundamento, a percepção, a cognição, o desenvolvimento valorimetria da actividade educativa que exige tempo.

Um pai ou uma mãe que não têm tempo para os seus filhos são maus educadores. Assim, do mesmo modo, um professor que não tem tempo para os seus alunos, que se limita a ir correr à aula, despejá-la e ir-se embora e que não disfruta de uma relação humana saudável, livre, empreendedora, libertadora, não é um bom educador.

- b) A educação é essencialmente um acto dialogal e por isso um dos maiores problemas que vejo hoje na televisão é o ela ser essencialmente um monólogo. Isto leva-me a acreditar muito numa nova dimensão interactiva, que está aí ao virar da esquina, que permita superar esse monólogo. Em Portugal as nossas crianças passam cerca de quatro horas por dia monologando com a televisão.

Há uma expressão extremamente interessante, introduzida num debate do Conselho da Europa há uns anos atrás, que diz que de alguma forma a comunicação social reduziu as nossas famílias a uma "geração do silêncio", isto é, os pais não comunicam entre eles e não comunicam com os filhos, porque estão reduzidos ao

silêncio perante a telenovela, o concurso ou o telejornal. Isso é que é perverso, numa comunicação social que é redutora, que introduz servidão humana e não libertação, que não potencia o diálogo entre as pessoas, ou que contraria a vocação iniludível de ser humano para a relação.

Ainda por cima, como se sabe, a comunicação social tem muitos aspectos que agridem a própria identidade cultural de um povo ou de uma nação. Jacques Delors diz que os europeus hoje estão sentados perante aparelhos japoneses a consumir produtos americanos. Em larga medida é isso que se passa em Portugal também! Evidentemente, essa não é uma situação que convenha a uma sociedade plenamente consciente da sua responsabilidade educativa e daquilo que deve ser uma pulsão interior de intencionalidade educativa.

- c) Julgo que perante a pluralidade policêntrica de meios de informação, de comunicação, de educação, etc., se coloca um problema de governabilidade da nossa sociedade em matéria de educação, ou seja, tornar governável este nosso terreno de enorme variedade e fantasia comunicacional, que invadiu o dia-a-dia, e transformá-lo em projecto educativo. No fundo, trata-se de tornar uma sociedade governável através de objectivos, de ter um sentido da missão e transformar este conjunto de enorme potencialidade de meios em algo que tenha intencionalidade. Isto é que é o reverso daquela medalha de uma comunicação social que é um mero ópio alienante.

Nos Estados Unidos, desenvolveu-se uma expressão sociológica muito gráfica e muito ilustrativa, que diz que a televisão é o

"chewing gum" dos olhos das crianças. É triste que a parte mais vulnerável da humanidade, que são as nossas crianças, esteja passivamente a mastigar com os olhos quantidades indescritíveis e infindáveis de imagens, umas sobre as outras.

Por isso é que digo que estamos num momento de transição onde a educação tem uma importância vital, porque permite ultrapassá-la e chegar às estabilizações. Para isso, é necessário configurar este debate e esta aventura educativa, ou, dito de outro modo, reconciliar o homem com o seu destino de grandeza, não se tornar servil daquilo que inventou e criou com o seu talento tecnológico; reconciliar-se com o seu destino, libertando-se efectivamente para um destino de aventura e não meramente de posse.

O que se verifica hoje é que, infelizmente, as nossas gerações estão muito mais atraídas e dominadas pelo sentimento da posse do que pelo sentimento da descoberta. Posso dizê-lo entre Portugueses, porque já partilhámos fundamentalmente, há séculos atrás, o sentimento da aventura e não o sentimento da posse. É uma aventura que temos perante nós, esta da governabilidade do nosso universo educativo, universo que toca de uma forma secante todos esses seus aliados estratégicos - família, escola, comunicação social, os "peer groups", etc.

Este desafio só se pode vencer - eu não sou nada estatizante e espero que não me entendam nesse sentido - se houver, de facto, um entendimento de uma responsabilidade pública, no entendimento de uma responsabilidade colectiva ou comunitária, e não apenas um sentido privatista desta aventura e deste sentido de

fruição educativa e de desenvolvimento de um novo conceito educativo na nossa sociedade.

Não restrinjo a ideia de um serviço público a um órgão de titularidade estatal; o "Público" faz serviço público e bem; eu penso que a TVI também o faz. Tenho até defendido em várias instâncias que o serviço público não devia ser monopólio de um determinado órgão de comunicação social. Na própria consagração constitucional não se determina que ele é monopólio da RTP, da RDP ou de um qualquer jornal. Entende-se que há um serviço público, isto é, a comunidade como um todo cuida de um bem que é escasso, um bem educativo, etc., de tal forma que incumbe determinados órgãos de soberania de definir o seu perfil.

A meu ver, é obrigação de quem detém as responsabilidades políticas defini-lo. Pois que o faça bem, que haja uma determinada oferta cultural, de resposta às necessidades das minorias, aos problemas de grupos étnicos e religiosos, que se garantam também os tempos de antena, que se sirvam adequadamente as ilhas e as comunidades portuguesas espalhadas no mundo.

Mas acho perfeitamente justo que isso se faça em leilão e não cometido em regime de monopólio a um único órgão de comunicação social. Agora, se ele é assim cometido na lei ordinária - não na Constituição, - a um determinado órgão, com a respectiva contrapartida financeira, então este que o preste e não esteja a vender gato por lebre! Então, não se peça que os órgãos privados de comunicação social, que têm que lutar no dia-a-dia pela sua sobrevivência económica, prestem um serviço público de graça, que o órgão de titularidade estatal que o devia fazer, sendo pago

para o efeito, não presta. Isso seria uma quadratura do círculo, gravemente perversa e perniciososa.

Portanto, deve haver um sentido de serviço público, até com o exemplo do experimentalismo que o Emídio Rangel defendia, que outros órgãos não subvencionados para o efeito não se podem dar ao luxo de fazer, face aos milhares de contos por hora que custa a produção em televisão.

- d) Há um terreno fantástico de inovação nesta aliança e nesta conciliação que pode haver entre escola, família e as novas tecnologias da informação. (Estou de acordo que é preciso fazer uma distinção entre tecnologias de informação e meios de comunicação social. O que é que são meios de comunicação social? São as tecnologias, ou é o "software" que vai por dentro das tecnologias? O que é que são os meios? A própria expressão não é porventura feliz para este efeito...)

Têm-se feito coisas extraordinárias no Japão em âmbito universitário de investigação sobre o *media education* (educação para os media), em que se procura ligar o professor ao produtor, ao emissor. Também nos Estados Unidos têm sido levadas a cabo experiências muito interessantes de educação científica, na National Science Foundation, que teve pequenas subvenções do governo federal para a inovação e criatividade, para desenvolver programas muito refrescantes de educação científica através da televisão. Eu desejaria que em Portugal - e até na Comunidade Europeia - onde existem órgãos como a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, etc., pudéssemos encarar positivamente esse tipo de inovações.

- e) Para fazer um pequeno comentário ao que dizia o Dr. Salgado Sampaio, com quem concordo na generalidade, não nos iludamos quanto a uma coisa - hoje a política é espectáculo e a determinação do voto não é essencialmente racional; hoje a política é afectividade, é sugestão e paixão e por isso é que os meios de comunicação social são para aí arrastados.

Perguntar-me-ão se estou de acordo com isso... porventura até acharia que deveríamos de ter uma maior racionalidade, mas também digo que o homem não é apenas "ratio", ele é emoção, é afectividade, é instinto e é evidente que em tudo aquilo que concerne a nossa aldeia global, nomeadamente os fenómenos de massa como o são as campanhas eleitorais, etc., não podemos ignorar que uma grande quota-parte da política é exactamente isso. Os meios de comunicação social, por seu lado, acabam por ter que o reflectir, certamente.

- f) A questão da vulnerabilidade das nossas crianças e o problema da quantidade e da qualidade na democratização do ensino ainda estão por resolver, tanto no foro educativo como no foro da comunicação social. É um dos temas mais prementes de trabalho, de investigação, de reflexão, de propositura.

Formulando de uma forma muito directa a questão: a massificação dos nossos sistemas de ensino, por virtude da educação para todos, da democratização do ensino, etc., levou à criação de uma minoria de excluídos da ordem dos 20-25% em todos os países do mundo. Não são excluídos porque não puderam ir à Escola, mas porque foram lá e não conseguiram vencer, foram perdedores. Um dos grandes desafios que temos pela nossa frente é fazer uma

escola quantitativamente significativa, mas que seja capaz de encontrar respostas de não-exclusão e que não divida o universo dos nossos alunos entre perdedores e ganhadores. Esse é um dos maiores desafios do nosso sistema educativo moderno.

Como é que isso se faz? Com mais ou menos ensino vocacional? Mais ou menos ensino remedial? Mais recuperação, mais ou menos orientação? O que é certo é que ainda nenhum sistema educativo conseguiu encontrar a resposta final e definitiva contra este mal.

É curioso que isto se passe hoje também nos grandes meios de comunicação social. Não tenho dúvidas de que a televisão é um órgão massificante e que o que hoje se faz em termos de emissão normal de televisão é para as largas maiorias ou massas. Num capítulo do livro de Alain Minc que citei, alguns estudos e investigações revelam que crianças provenientes de estratos socio-económicos e culturais mais desfavorecidos, isto é, cujos pais têm menor nível educativo ou profissões mais manuais do que intelectuais, são as que mais mitificam os heróis da comunicação social - o Sandokan, o Popeye, etc. São as que têm menos capacidade de inteligibilidade da fronteira entre o real e o imaginário e são as que internalizam e são mais dependentes e vulneráveis perante algum "massacre" que a comunicação social lhes faz diariamente com a criação permanente de mitos e de heróis.

O problema da igualdade e da justiça em ambiente de massificação, quer na escola como na comunicação social é matéria muito séria de reflexão. Isto passa naturalmente por gerações educativas, pela educação dos próprios pais, por uma maior colaboração entre os

país e a Escola, no sentido de encontrar fórmulas de orientação e de conciliação.

- g) O problema da procura e da oferta. Também eu acho que é útil e saudável que tenhamos um ambiente concorrencial nas empresas, na indústria, na agricultura, nos serviços e na comunicação social. Ninguém quer voltar, com certeza, a um sistema de monopólio de oferta, pois isso seria retrogradar na história e na civilização. Um ambiente concorrencial é saudável e benéfico para os clientes; há apuramentos que só se fazem com esse enquadramento.

Também acho que dentro do conceito de que deve existir uma preocupação com este bem público - ou quase - de educação, temos o dever de actuar sobre a oferta e não apenas esperar que a procura se transforme.

Um conhecido editorialista do "Figaro" escrevia há dias um artigo com o título "Reflexões sobre o Serviço Público na Televisão", em que diz que se há 100 ou 200 anos atrás a atitude perante a educação como bem público fosse meramente de mercado de procura e de oferta, possivelmente hoje teríamos um batalhão de analfabetos, campeões de berlinde e de bilhar, que era aquilo que a procura espontaneamente preferiria.

É evidente que não se atendeu apenas à procura e à oferta ao democratizar a educação. Como responsável por um órgão de comunicação social importante, assumo alguma dessa responsabilidade e, para responder a algumas das considerações do Miguel Fontes, é certo que há uma responsabilidade educativa partilhada, que não pode ser atirada só para o serviço público.

Agora, também não pode ser atirada só para o serviço privado quando o serviço público é financiado para isso. Repare-se o absurdo!

Para dar um exemplo, quando na TVI organizamos um debate a seguir a um filme, no programa "Um caso da vida", manifestamente não o fazemos por uma questão de mercado.

Também não é por uma questão de mercado que fazemos a "Caixa de Perguntas" com o Pe. Vaz Pinto. Ou quando tentámos fazer o "Forum Estudante", abordando aspectos da reforma educativa, durante largos meses, em horário "nobre".

Há evidentemente factores muito complexos que têm a ver com esta relação de mercado. Não há uma subordinação, submissão, subserviência total ao mercado, mas como é óbvio, a primeira coisa que se pede a um gestor de uma empresa de televisão, embora de inspiração humanista e cristã, é que ela seja viável e que não vá para a falência! Em tese, poderia propor-me fazer durante seis meses uma televisão excepcional, com muito serviço público, mas no fim do qual entrava em falência. Julgo que não é bem este o modelo que melhor serviria à população portuguesa.

- h) Por último - a questão da forma e a questão da substância. Mac Luhan introduziu a ideia de que, essencialmente, há uma forma de mediação em televisão. Por detrás da comunicação há sempre um agente emissor e há os tais genéricos a que estão obrigadas as estações e a que nós procuramos corresponder. Mas quantas pessoas é que lêem os genéricos no fim do filme, ou no fim de um programa de debate? Uma minoria? Aliás, genéricos muito

compridos são o mais anti-comercial que existe. São novamente um monumental convite a que o espectador se vá embora da estação e deixe de lhe estar fidelizado.

Portanto, tem que haver um sistema de responsabilização global, editorial, do meio de comunicação social; do jornal perante a sua orientação editorial, sem prejuízo de haver depois assinaturas de artigos, e da mesma forma numa rádio ou numa televisão. Mas é evidente que não podemos pensar, algo ingénuo ou utopicamente, que é através da ultra exposição conspícua dos agentes emissores que vamos resolver o problema da substância que é subsumida na forma.

- i) Uma nota final de esperança e de optimismo: julgo que há um grande debate em todos os países, não só em Portugal, sobre a questão da educação, comunicação social, família, etc. Não julgo que o debate no nosso país esteja mais atrasado do que na generalidade dos outros países; pelo contrário, julgo que temos uma percepção e uma tonalidade bastante arguta de quais são as grandes questões em jogo e os grandes desafios da humanidade, do nosso todo nacional e do nosso universo educativo.

Este debate não está esgotado, é preciso continuar a provocá-lo e a aprofundá-lo. O Conselho Nacional de Educação tem esse dever e está a cumpri-lo. Todavia, cada um de nós, seja ele ou ela profissional de comunicação social, gestor, professor, ou dirigente do Ministério da Educação, transporta uma quota-parte de responsabilidade na clarificação ulterior das questões e na procura das respostas, de que andamos todos à procura. A problematização está mais ou menos equacionada, as respostas são urgentes e temos que encontrá-las.

Felicito uma vez mais o Conselho Nacional de Educação e todas as pessoas que estiveram presentes neste debate, com participação interessada activa e com intervenção activa, que é um indicador de "rica saúde" do nosso sistema educativo, a certeza de que temos aqui campo fértil para semear e ver florescer nos tempos mais próximos.

Muito Obrigado.

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

O Eng^o Roberto Carneiro fechou este debate e fez a sua própria síntese dele. Como remate, gostava de deixar três notas que me parecem interessantes.

Depois de um dia de debate com duas sessões, ficou para mim clara a enorme importância deste tema, que gerou uma grande atracção por parte dos participantes e também por parte da comunicação social, o que é um indicador de que ela também está preocupada com o tema da educação.

Para além da importância do tema, realço a importância do debate destes dois dias de seminário. Ele vai servir sobretudo para que a comunidade educativa, e, em particular, o Conselho Nacional de Educação, receba esta injeção de considerações, reflexões, temas e sub-temas que vão ser aqui feitos e que nos incentivam a internamente continuar a discussão em termos mais específicos da parte educativa e com um papel mais preponderante da parte dos protagonistas do processo educativo e do processo educação-formação.

Isto porque pode dar a ideia que estamos a fazer um seminário que é ele também um espectáculo, e não é esta a nossa intenção. Ao trazermos aqui um conjunto de pessoas da vida pública portuguesa, elas não participam nessa qualidade, mas sim na qualidade de pessoas cuja reflexão, capacidade de análise e trabalho diário é da maior importância para a nossa reflexão.

Portanto, não me peçam para fazer sínteses ou conclusões, porque devemos ser cada um de nós a fazê-lo. O objectivo do seminário é incentivar o debate, que se vai repercutir a nível não apenas do Conselho, mas das escolas, universidades, politécnicos, escolas superiores de educação, escolas profissionais e próprias estruturas do Ministério.

Ao fim deste primeiro dia, e correndo o risco talvez de fazer uma avaliação precipitada, permitam-me que expresse a minha satisfação pela forma como o debate foi aqui conduzido pelos dois conferencistas, o Dr. Proença de Carvalho e o Eng^o Roberto Carneiro e pelos quatro comentadores: o Pacheco Pereira, o António Barreto, o Emídio Rangel e o Jorge Wemans. Sou levado a pensar que valeu a pena esta iniciativa, mesmo estando a meio caminho.